

O NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO E O FUTURO DA COMUNIDADE TRANSATLÂNTICA

MARIA FRANCISCA SARAIVA

O novo Conceito Estratégico da NATO, aprovado em finais de 2010 em Lisboa, é o principal documento orientador da estratégia da Aliança Atlântica para a próxima década.

Este conceito é também substancialmente mais curto que os conceitos anteriores.

A aprovação de um texto mais curto, embora não tão curto quanto o anunciado inicialmente, é um esforço de diplomacia pública da Aliança, no sentido de tornar claros os objetivos de longo prazo junto da opinião pública e dos países estrategicamente relevantes para a organização.

P2

MARITIMIDADE E CONTINENTALIDADE: O PORTUGAL HÍBRIDO

ANA CLÁUDIA MANUELITO

Portugal é um país híbrido, tendo em conta os seus fortes traços marítimos e continentais. O objetivo deste ensaio não é conotar negativamente Portugal pelo seu hibridismo. Na realidade, este particularismo português deve ser realçado.

São muitas as oportunidades decorrentes do carácter marítimo e continental, ou atlântico e europeu, e, além disso, nada prova que estes termos se encontrem em dicotomia, muito pelo contrário.

P5



O NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO E O FUTURO DA COMUNIDADE TRANSATLÂNTICA

MARIA FRANCISCA SARAIVA

Doutorada em Relações Internacionais pelo ISCSIP onde é docente. Assessora e investigadora do IDN.

INTRODUÇÃO

O novo Conceito Estratégico da NATO, aprovado em finais de 2010 em Lisboa, é o principal documento orientador da estratégia da Aliança Atlântica para a próxima década.

O documento é inovador sob vários pontos de vista. Desde logo, pela forma como foi negociado. O Secretário-Geral da NATO pediu a um grupo de peritos chefiados por Madeleine Albright que produzisse um relatório (Albright *et al.*, 2010), que serviu de ponto de partida para a negociação do texto que viria a ser oficialmente aprovado em Novembro de 2010.

Este conceito é também substancialmente mais curto que os conceitos anteriores.

A aprovação de um texto mais curto, embora não tão curto quanto o anunciado inicialmente, é um esforço de diplomacia pública da Aliança, no sentido de tornar claros os objetivos de longo prazo junto da opinião pública e dos países estrategicamente relevantes para a organização. O documento apresenta uma organização mais aberta ao exterior e atenta aos assuntos de segurança internacional que podem perturbar a ordem mundial e os equilíbrios regionais. Neste contexto, importa refletir sobre o futuro da comunidade transatlântica, tendo em conta as inovações introduzidas na cimeira de Lisboa.

O NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DE LISBOA

Em 1949, a NATO nasceu como um projeto político apoiado nos valores da democracia, da liberdade e da solidariedade transatlântica. Em 2010, a NATO permanece uma organização

ancorada na ideia de segurança partilhada e na manutenção da relação transatlântica, mas perdeu muito da sua identidade original. Na Guerra Fria, a Aliança Atlântica permitiu conter política e militarmente a ideologia difundida pela União Soviética na Europa. O sucesso deste pacto militar defensivo euro-atlântico foi enorme, permitindo o acoplamento militar da Europa ao bloco ocidental das democracias pluralistas sem que tenha havido necessidade de utilizar a força armada para defender a soberania territorial dos seus membros.

O desmantelamento do Pacto de Varsóvia permitiu que se iniciasse uma discussão interna sobre a identidade e os fins da Aliança num ambiente pós-bipolar. Para além da sua função primacial de defesa coletiva contra uma agressão armada, muito se tem discutido sobre o seu papel como produtor e fornecedor de segurança, em termos de assumpção de responsabilidades na gestão de crises e no âmbito da segurança cooperativa.

Inevitavelmente, estes temas potenciaram tensões e perturbaram a coesão política entre os seus membros. Assim, de revisão em revisão, os Conceitos Estratégicos da NATO perderam o estatuto de documentos orientadores da estratégia militar da Aliança, assumindo um pendor essencialmente político. Deste ponto de vista, o Conceito Estratégico aprovado em Lisboa em 2010 é um exercício de pura diplomacia pública (Yost, 2005, Ringsmose e Rynning, 2009), em que o papel político da NATO como regulador da segurança global adquire uma

De revisão em revisão, os Conceito Estratégicos da NATO perderam o estatuto de documentos orientadores da estratégia militar da Aliança, assumindo um pendor essencialmente político.

No Conceito Estratégico de Lisboa, a noção de segurança cooperativa contextualiza a ideia de constelações de redes de cooperação e tarefas a desempenhar pela Aliança no século XXI (...)

importância nunca antes assumida pelos aliados. A NATO, ao estabelecer que a sua identidade é hoje mais global, e ao definir que deseja potenciar as parcerias que construiu nos últimos anos, vai ao encontro do modelo defendido pelos Estados Unidos e Reino Unido para a organização. Neste sentido, na cimeira de Lisboa "a NATO tratou de se institucionalizar como uma verdadeira organização político-militar à escala global capaz de garantir a liberdade e a segurança dos seus membros onde e quando os seus interesses estiverem ameaçados, assumindo-se como uma grande organização cada vez mais pluricontinental" (Saraiva, 2012: 2)

O Conceito Estratégico de Lisboa define o papel da NATO no sistema internacional a partir de três pilares de atuação principais.

O primeiro, que continua a ser o ponto central da sua construção normativa, é a assumpção de responsabilidades no domínio da defesa coletiva dos seus membros, com base no artigo 5.º do Tratado de Washington, que invoca o artigo 51.º da Carta das Nações Unidas (defesa coletiva). No que respeita ao segundo pilar, a gestão de crises, sabemos que a NATO tem aumentado a sua presença em missões de gestão de crises em várias zonas de conflito e que este envolvimento tenderá a acentuar a combinação de meios civis e militares para resolver os problemas de segurança mais complexos nestes espaços.

Em terceiro lugar, o documento assume abertamente que a organização é hoje politicamente mais ambiciosa e que tem uma

real capacidade de atuação no mundo. Para alguns, trata-se essencialmente de aprofundar as parcerias com países e organizações com quem a NATO já pode contar do ponto de vista da projeção de forças a distância estratégica, como é o caso das operações militares em que há envolvimento do Japão, Coreia do Sul e Austrália (Garcia, 2009). Estes países são Países de Contacto com quem a NATO mantém um diálogo político, sendo possível que a rede de parcerias que a NATO deseja reforçar venha a incluir, no futuro, democracias como o Brasil, a Índia e a África do Sul (Daalder e Goldgeier, 2006). Para outros, a área de intervenção da NATO não tem de ser necessariamente tão alargada. Faltarão, sim, dotar a NATO de instrumentos que lhe permitam enfrentar os desafios do terrorismo transnacional, construir uma estratégia credível face à possibilidade de ocorrerem ciber-ataques, um eficaz combate à pirataria e a garantia de acesso a recursos energéticos vitais.

No Conceito Estratégico de Lisboa, a noção de segurança cooperativa contextualiza a ideia de constelações de redes de cooperação e tarefas a desempenhar pela Aliança no século XXI, o que envolve ainda um terceiro aspeto que complementa os anteriores: a continuação de uma política de porta aberta a democracias que desejem participar no projeto político da NATO. Do nosso ponto de vista, a segurança cooperativa é o aspeto mais inovador deste Conceito Estratégico, pois o que é proposto no texto do novo Conceito corresponde a uma visão substancialmente nova para o futuro da organização.

Recorde-se que nos finais do século XX, ocorreram transformações importantes na zona euroatlântica. Estas transformações foram motivadas pela pressão dos acontecimentos na ex-Jugoslávia. Neste contexto, os Conceitos Estratégicos de 1991 e 1999 procuraram centrar-se na Europa de Centro e Leste, promovendo uma política de estabilização destes territórios. Também, e por outro lado, a possibilidade de adesão destes países à NATO permitiu-lhes uma transição mais fácil para um modelo de democracia política e de economia de mercado.

O novo Conceito Estratégico de Lisboa dá um novo alento à organização e desloca a sua área de intervenção prioritária para fora do perímetro euro-atlântico, para a zona da Ásia-Pacífico, num projeto de índole global com metas mais ambiciosas.

O FUTURO DA COMUNIDADE TRANSATLÂNTICA NUMA NATO GLOBALIZADA

Decorrido pouco mais de um ano após a aprovação do Conceito de Lisboa, observa-se que a identidade global da NATO ainda está a dar os primeiros passos. Desde logo, porque há países aliados com conceções mais restritas sobre o que deve ser o papel da NATO. É o caso da Polónia e dos países bálticos, para quem a expressão máxima da solidariedade interaliada assenta nas garantias do artigo 5.º, que tende a confinar a área de atuação da organização aos territórios dos Estados membros. Por outro lado, a Alemanha, a França e a Espanha recusam a

Apesar de recebido com entusiasmo em Portugal, a verdade é que o Conceito Estratégico de Lisboa abandonou o conceito de NATO como organização regional euro-atlântica (...) a nova matriz identitária da NATO pode dificultar a afirmação dos interesses portugueses na organização.

Para Portugal, uma NATO regional seria muito mais útil como veículo de afirmação dos interesses nacionais no oceano Atlântico, norte de África e África subsariana.

ideia de uma globalização do teatro de operações, apostando numa projeção regional de forças tendo em conta a necessidade de dar resposta às ameaças que se manifestam junto das fronteiras da NATO.

Apesar de recebido com entusiasmo em Portugal, a verdade é que o Conceito Estratégico de Lisboa abandonou o conceito de NATO como organização regional euro-atlântica. Ora, o espaço estratégico de afirmação de Portugal coincide, em larga medida, com a segurança do Atlântico e regiões adjacentes, o que significa que a nova matriz identitária da NATO pode dificultar a afirmação dos interesses portugueses na organização.

De facto, embora sejam de realçar os esforços da diplomacia portuguesa, a nova distribuição geográfica dos comandos da NATO, decidida em 2012, ditou a perda do Comando NATO de Oeiras, Comando Aliado Conjunto de Lisboa (JFCLB). Por outro lado, a NATO decidiu utilizar a base de Rota (Espanha) como base para as embarcações norte-americanas de defesa antimíssil, no quadro da instalação de um escudo antimíssil na Europa. Outra questão que gostaríamos de trazer à colação diz respeito ao papel geoestratégico da base das Lages. Esta base é da maior importância geoestratégica no quadro do triângulo estratégico português. No entanto, a base das Lages tem vindo nos últimos anos a reduzir as suas valências militares. Recorde-se que a base das Lages não tem apenas que ver com a nossa capacidade de afirmação política na NATO, mas com a nossa política de alianças e as

opções disponíveis para reforçar a posição de Portugal na Aliança Atlântica.

CONCLUSÕES

Para a política externa portuguesa, a Aliança Atlântica continua a ser indispensável para a manutenção da solidariedade transatlântica. No entanto, as opções tomadas na cimeira de Lisboa tornaram a segurança do espaço euro-atlântico um tema relativamente secundário face aos interesses estratégicos existentes na área da Ásia-Pacífico.

Para Portugal, uma NATO regional seria muito mais útil como veículo de afirmação dos interesses nacionais no oceano Atlântico, norte de África e África subsariana. Neste sentido, a turbulência no norte de África provocada pela Primavera Árabe pode conduzir a uma revisão das prioridades da Aliança, permitindo a sua afirmação como estabilizador regional. Este cenário, a concretizar-se, facilitaria a consecução dos interesses portugueses, salvaguardando a nossa presença e interesses nestes territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albright, Madelaine et al (2010). NATO 2020: Assured Security; Dynamic Engagement - Analysis and Recommendations of the Group of Experts on a New Strategic Concept for NATO. Brussels: Public Diplomacy Division. Disponível em <http://www.nato.int/strategic-concept/expertsreport.pdf>.

Daalder, Ivo e Goldgeier, James (2006). "Global

NATO". *Foreign Affairs*, Vol.85: 5 (Sept-Oct), pp.105-113.

Garcia, Francisco Proença (2009). "A NATO Hoje - Uma Perspectiva". *Briefing 2*, Lisboa: IEEI/GREES, pp 11. Disponível em http://www.ieei.pt/files/Nato%20hoje-uma%20perspectiva__FPGarcia.pdf.

NATO (2010). *Active Engagement, Modern Defence, Strategic Concept for the Defence and Security of the Members of the North Atlantic Treaty Organization*, adopted by Heads of State and Government in Lisbon, 19 Nov.

Ponsard, Lionel e Yost, David S. (2005). "Is It Time to Update NATO's Strategic Concept?". *NATO Review*, Autumn. Disponível em <http://www.nato.int/docu/review/2005/issue3/english/debate.html>

Ribeiro, António Silva (2011). "O Conceito Estratégico da NATO". Comunicação apresentada na Academia de Marinha. Disponível em <http://www.marinha.pt/PT/amarinha/actividade/areacultural/academiamarinha/Conferencias/Documents/11JAN11.pdf>

Ringsmose, Jens e Rynning, Sten (2009). *Come Home, NATO? The Atlantic Alliance's New Strategic Concept*. Copenhagen: DIIS Report 2009: 4.

Saraiva, Maria Francisca (2012). "Portugal e o Novo Conceito Estratégico da NATO". Lisboa: *Actas do I Congresso Internacional do Observare*.

MARITIMIDADE E CONTINENTALIDADE: O PORTUGAL HÍBRIDO

ANA CLÁUDIA MANUELITO

Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais (FCSH-UNL) e mestranda em Relações Internacionais: Segurança e Defesa (IEP-UCP). É investigadora da Linha de Investigação Científica *Maria Scientia* sobre os Assuntos do Mar. Foi estudante ERASMUS no Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences-Po) em 2010. Estagiou no Instituto da Defesa Nacional entre 2011 e 2012.

Miguel Torga definiu, admiravelmente, Portugal. Um país com fortes traços marítimos e continentais. É sob este prisma que traçamos a hipótese que "Portugal é um país híbrido". No decorrer do ensaio faremos alusão às componentes marítimas e continentais de Portugal, demonstrando a sua importante e benéfica complementaridade, para um país inscrito no continente europeu mas tão próximo do grande "mar-oceano".

O objetivo deste ensaio não é, claramente, conotar negativamente Portugal pelo seu hibridismo. Na realidade, este particularismo português deve ser realçado. São muitas as oportunidades decorrentes do carácter marítimo e continental, ou atlântico e europeu, pois nada prova que estes termos se encontrem em dicotomia. Afinal, somos uma nação com muitos séculos de história, com um passado marcado por fortes tendências marítimas e continentais. Marítimas, pelas glórias da Era dos Descobrimentos, pela consideração dada ao mar no período do Estado Novo, pela importância da CPLP, pelo nosso extensíssimo território marítimo. Continentais, pela nossa posição geográfica natural inscritos no continente europeu, pelo projeto da União Europeia e por tantos outros exemplos que poderíamos elencar. De acordo com Ruivo e Gameiro (2009), a influência do mar nas mentalidades dos portugueses é transversal durante toda a nossa existência enquanto nação. Durante o Estado Novo, o mar era uma ideia cara ao regime vigente. Mais tarde, a EXPO 98 veio dar um novo alento à vocação marítima portuguesa, um pouco

adormecida que tinha ficado pela opção europeia que se foi desenvolvendo.

Por outro lado, e mais recentemente, a aprovação da Política Marítima Integrada, aquando da presidência portuguesa da União Europeia em 2007, mostra a posição híbrida de Portugal ao condensar duas vertentes tão importantes do século XXI. Acrescem também outros eventos exemplificativos dos nossos traços marítimos, como o recente pedido de extensão da plataforma continental portuguesa, a localização da Agência Europeia de Segurança Marítima, sediada em Lisboa, bem como a realização das Conferências do Atlântico, que tiveram lugar também em Lisboa no passado mês de dezembro de 2011.

Quanto à nossa vocação continental/europeia, também ela é notória, em grande parte, na nossa história coletiva recente. Começou por se desenhar, na contemporaneidade, com a adesão à EFTA - seguindo os passos do nosso aliado inglês -, consubstanciando-se no primeiro sinal de uma viragem em direção às potências continentais europeias (s.a., 2002). De facto, com a adesão à CEE em 1986, Portugal redefiniu os seus parceiros estratégicos Alemanha, França e Espanha criando-se um ambiente favorável à expansão do ideal das grandes potências continentais europeias, declinando, simultaneamente, as relações com os americanos e ingleses, potências com forte pendor marítimo.

Após 1976, fomos definindo e clarificando o nosso unívoco posicionamento atlântico e europeu, como realidades indissociáveis uma da

A geopolítica de Portugal reside em duas realidades: a afirmação e a pressão de um vetor de matriz europeia-continental e a exigência e necessidade de uma procura de vetores de compensação que foquem o posicionamento de Portugal em relação à dimensão atlântica, nomeadamente com o Reino Unido, Estados Unidos e CPLP.

De facto, como a própria História nos ilustrou, seria um erro crasso se Portugal considerasse mais a sua vocação marítima em detrimento da continental, ou vice-versa, não pensando a questão através de uma lógica de complementaridade.

outra. Acresce ao que foi referido o facto de que grande parte dos fundos comunitários recebidos por Portugal nos anos subsequentes à sua entrada na CEE em muito contribuíram para o desenvolvimento do país, traduzindo-se numa alavanca indispensável para o seu futuro a todos os níveis. No entanto, não podemos pensar na evolução da orientação portuguesa de uma forma tão linear. Seria erróneo atestar que a vocação europeia “tenha vencido” a vocação marítima. Aliás, segundo Ernâni Lopes (s.d.), a geopolítica de Portugal reside em duas realidades: a afirmação e a pressão de um vetor de matriz europeia-continental e a exigência e necessidade de uma procura de vetores de compensação que foquem o posicionamento de Portugal em relação à dimensão atlântica, nomeadamente com o Reino Unido, Estados Unidos e CPLP. Sumariando este ponto, quer a vertente marítima, quer a vertente continental, fazem parte da génese de Portugal. Estes dois elos não são contraditórios, pelo contrário, são complementares e úteis como tal. Parafraseando Ferraz Sachetti (2009), a construção europeia tem objetivos políticos e sociais e o elo transatlântico é sinónimo de interesses securitários, defensivos e estratégicos. Para além disso, as nossas fronteiras económicas e

políticas são as fronteiras europeias; as de segurança e defesa são as fronteiras da NATO; e as culturais são as fronteiras da CPLP. A tendência de seleção entre maritimidade e continentalidade deve ser desvalorizada, senão mesmo eliminada. Escolher uma vertente em detrimento de outra pode não ser uma estratégia coerente. Atendamos aos seguintes exemplos que a História nos ensinou. António Paulo Duarte (2003) alude-nos para os casos da França durante as guerras napoleónicas ou da Alemanha nas duas guerras mundiais. Ambos os países foram derrotados através de uma coligação de poderes continentais e marítimos. É de sublinhar também as disputas entre o império russo e o império britânico que refletiam indiscutivelmente a dualidade das vertentes terrestres e marítimas. Na verdade, nenhum dos impérios triunfou. Assim, podemos afirmar que se torna bastante difícil, ou mesmo impossível, aniquilar o adversário que opera noutra dimensão que não a nossa. Julgamos ser ainda útil introduzir sucintamente as teorias de dois grandes geopolíticos dos séculos XIX e XX: Alfred Thayer Mahan e Halford John Mackinder. Se para Mahan as capacidades navais eram a chave do poder nacional, para Mackinder o factor crucial passava pela

tecnologia relativa ao transporte terrestre (Dougherty e Pfaltzgraff, 2003). No entanto, como Raymond Aron (2003) menciona no seu livro *Paz e Guerra entre as Nações*, durante as duas guerras mundiais houve uma conjugação de poderes terrestres e marítimos para vencer poderes de unívoca natureza geográfica. Paul Kennedy (1988) introduz uma outra variável a Revolução Industrial que veio questionar definitivamente o pressuposto de Mahan de que a primazia naval era sinónimo de poder, pelo contrário, a intensidade da produtividade industrial, combinada com o fácil acesso a vastas dimensões continentais e populosas asseguraram a supremacia das potências vindouras (Duarte, 2003). Deste modo, podemos concluir que a industrialização fomentou as redes de transporte terrestres e tornou o poder naval muito menos útil, mas o inverso também é verificável: o poder terrestre também se tornou mais vulnerável a pressões navais sobre as suas linhas de comunicação. Assiste-se, então, a um paralelismo entre as teorias geopolíticas do século XIX-XX e a posição geopolítica de Portugal de dupla vocação marítima e continental. De facto, como a própria História nos ilustrou, seria um erro crasso se Portugal considerasse mais a sua vocação

A Portugal é-lhe conferida a centralidade atlântica capaz de compensar a posição de periferia continental.

Deseja-se que Portugal agarre todas as oportunidades possíveis desta magnífica dualidade em que nos inscrevemos e que a vejamos enquanto um ativo estratégico para o país.

marítima em detrimento da continental, ou vice-versa, não pensando a questão através de uma lógica de complementaridade.

Como bem sabemos, a União Europeia é parte integrante do nosso presente e do nosso futuro, apesar de hoje Portugal ser um protetorado financeiro do BCE, FMI e Comissão Europeia e de a própria União Europeia viver num clima de incerteza relativamente ao seu destino. Contudo, outras valências são igualmente importantes para nós, como a CPLP e o Atlântico Sul.

Como já foi referido, se as fronteiras políticas/económicas e de segurança e defesa de Portugal habitam na órbita, respetivamente, da União Europeia e da NATO, as fronteiras culturais residem no Atlântico Sul e até onde a CPLP nos levar.

De acordo com Vieira Matias (s.d.), a Portugal é-lhe conferida a centralidade atlântica capaz de compensar a posição de periferia continental. Por outro lado, é no Atlântico Sul que predominam as principais rotas comerciais do mundo, assim como muitos desafios marítimos que influenciam Portugal. Na verdade, importa também salientar o facto de Portugal poder contrabalançar o peso do Brasil no Atlântico Sul, e porventura também de Angola, fazendo com que tenha um papel ativo nesta área geográfica em que está inserido. Relativamente à CPLP, sabemos que se projeta em quatro continentes, unida por três oceanos, ligando perto de 250 milhões de falantes da língua portuguesa¹. É, pela sua natureza, uma organização prezada para Portugal, dadas as suas raízes lusófonas. Este singular património geocultural representa para cada Estado membro um mecanismo estratégico da sua política

externa e um instrumento fundamental de influência do Estado na sua afirmação regional e no seio das organizações regionais e internacionais a que pertence. Deste modo, é perceptível observar a importância da CPLP para Portugal um palco perfeito para estreitar relações com os restantes Estados membros. Por outro lado, a Comunidade, através da sua Estratégia dos Mares da Lusofonia, definiu um conjunto de objetivos com vista ao desenvolvimento de uma estratégia de afirmação regional que possibilite a convergência de ações dos países membros, o que para Portugal se traduz numa oportunidade única no sentido de atuar em áreas de tamanho interesse como os assuntos marítimos.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Portugal é um país híbrido, dada a complementaridade das suas tendências marítimas e continentais.

Marítima enquanto razão da sua ligação com o mar ao longo da sua história e por conseguinte pela projeção dos seus interesses no Atlântico Sul, bem como pela estreita relação com a CPLP enquanto teatro de confluências de interesses e de atuação aos mais diversos níveis.

Continental pois pese embora a União Europeia se encontre num momento de alguma instabilidade esta será sempre uma realidade inquestionável para Portugal. Por outro lado, Portugal é um país naturalmente continental ao se inscrever no continente europeu, facto que jamais será alterado e que oferece também diversas oportunidades.

Paralelamente através de referências genéricas

às teorias geopolíticas de Mahan e Mackinder, escolher uma das duas vertentes marítima ou continental poder-se-á traduzir num fracasso. Deseja-se, sim, que Portugal agarre todas as oportunidades possíveis desta magnífica dualidade em que nos inscrevemos e que a vejamos enquanto um ativo estratégico para o país.

NOTAS

¹ "Falantes de Português". *Site do Observatório da Língua Portuguesa*. Disponível em <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/dados-estatisticos/falantes-de-portugues>. Consultado em 21 dezembro de 2011.

BIBLIOGRAFIA

Aron, Raymond (2003). *Peace and War: A Theory of International Relations*. New Jersey: Transaction Publishers.

Bernardino, Luís Manuel (2011). "A Segurança Marítima no seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia". *Nação e Defesa* n.º 128. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.

Castro, Therezinha (s.d.). *Atlântico Sul: Geopolítica e Geoestratégia*. Brasília: Escola Superior de Guerra.

Dougherty, James E. e Robert Pfaltzgraff (2003). *Relações Internacionais. As teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva.

Duarte, António Paulo (2003). *O Equilíbrio Ibérico, Século XI-XX. História e Fundamentos*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional/Edições Cosmos.

- Fonseca, Carmen (2011). "O Brasil e a Segurança no Atlântico Sul". *Nação e Defesa*, n.º 128, Instituto da Defesa Nacional.
- Fontoura, Luís (2001). *CPLP: A Importância do Brasil no Espaço Lusófono*. Conferência proferida na Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- Kennedy, Paul (1988). *Strategie et Diplomatie: 1870-1945*. Paris: Economica.
- Lopes, Ernâni (2003). *O Mar no Futuro de Portugal: uma Abordagem Estratégica*. Conferência Inaugural do Simpósio Especial "O Mar no Futuro de Portugal". Lisboa: Academia da Marinha.
- Moreira, Adriano (2011). *Teoria das Relações Internacionais*, 7.ª edição. Lisboa: Almedina.
- Moreira, Adriano (2004). *A Europa em Formação*, 4ª edição. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas.
- Neves, João (2010). "A Soberania dos Estados e o Mar: a Realidade Portuguesa", Comunicação apresentada na Academia da Marinha.
- Observatório de Língua Portuguesa (2010). *Falantes de Português*. Disponível em <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/dados-estatisticos/falantes-de-portugues>. Consultado em 21 dezembro de 2011.
- Pereira, Rui (2007). "A Vertente Europeia-continental e a Vertente Atlântico-global na Política Externa Portuguesa". *Nação e Defesa* n.º 116. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Pinto, António Costa e Nuno Severiano Teixeira (eds) (2005). *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia. 1945-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ruivo, Mário e Inês Gameiro (2009). "O Mar nas Mentalidades Nacionais. Mistério/Descoberta/Desenvolvimento Sustentável". *Nação e Defesa* n.º 122. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Sachetti, António Ferraz (2009). "O Pensamento Estratégico e o Mar". *Nação e Defesa* n.º 122. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Santos, José Loureiro dos (2011). "Uma Visão Portuguesa da Segurança do Atlântico Sul". *Nação e Defesa* n.º 128. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Villa, Rafael Duarte (2000). "Mackinder: Repensando a Política Internacional Contemporânea". *Revista de Sociologia e Política* n.º 14.